

UM RELATO DE CASO SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Joarbson Pires Sepulchro
Instituto Federal do Espírito Santo
joarbson.pires@gmail.com

Maycon de Oliveira Perovano
Mestrando PPGE/UFES
mayconperovano@hotmail.com

Sabrina Amaral Pinto Perovano
Instituto Federal do Espírito Santo
sabrina.amaral_pinto@hotmail.com

Atendimento Educacional Especializado.

Comunicação Oral.

Resumo: Este texto tem por proposta colaborar para a reflexão do atendimento educacional especializado (AEE) realizado em todas as esferas da educação brasileira. Há que se dizer que o AEE já é uma realidade na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), nos cursos técnicos e superiores de Universidades/Institutos Federais/Estaduais e Universidades/Faculdades Privadas. Entretanto, observa-se que nem todos esses espaços conseguem fornecer um atendimento adequado para a realização desse trabalho. Buscando então pensar em práticas que potencializem a aprendizagem em todas as esferas educacionais, este trabalho tem por objetivo relatar parte do trabalho realizado no acompanhamento de um aluno diagnosticado com deficiência visual – baixa visão no curso de doutorado em educação do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES). Como caminho metodológico, apostamos no estudo de caso, pois ele “[...] é caracterizado pelo estudo exaustivo e em profundidade de poucos objetos, de forma a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo [...]” (GIL, 2002). A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória/ES. O diálogo com Vigotski (1989, 1994), Lasta e Hillesheim (2014)), e outros interlocutores, corroboraram para a reflexão e construção da pesquisa. Assim, cremos que este estudo contribuirá não somente à educação básica e especial, mas servirá de modelo a todas as áreas de conhecimento pensando a chegada dos alunos público alvo da educação especial no ensino superior. Nesse ínterim, é notória a necessidade de compreender que o trabalho do AEE precisa ser pensado também para o acompanhamento dos alunos no ensino superior da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, buscando potencializar tanto aos professores como aos alunos fortalecendo as práticas de ensinar e aprender. Isso possibilitará uma aprendizagem mais significativa e a sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Baixa Visão. Educação Especial.

Introdução

O presente trabalho iniciou-se a partir de um acompanhamento a um estudante diagnosticado com deficiência visual – baixa visão. Dessa maneira, buscamos acompanhar o percurso traçado pelo aluno durante o doutorado em um programa de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para tanto, partimos do princípio de que a escola (em todos os níveis), a partir da legislação brasileira, enfatiza que toda pessoa tem direito à educação e de estar matriculado em uma sala de ensino comum independente de suas características. Nesse sentido percebe-se que a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9394 de 1996 e outros documentos legais subsidiam a educação especial numa perspectiva inclusiva no Brasil.

O histórico do processo educacional das pessoas com deficiência “público-alvo da educação especial” nos revela uma intensa exclusão no seu processo de aprendizagem no ensino regular, pois, havia como predomínio de práticas segregativas como única possibilidade educativa. Porém, a luta das pessoas com deficiência e as políticas mais recentes, mostram que a oportunidade de acesso à escolarização, dentre outros direitos sociais, está cada vez mais intensa e “valorizada” em âmbito nacional.

De acordo com os estudos de Pertile e Rossetto (s/d), o AEE é uma temática em evidência no momento, pois se apresenta como um apoio significativo para as escolas regulares, tendo em vista o crescente número de alunos com deficiência que ingressam no ensino comum e a ênfase dada a este serviço, principalmente após a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008. Segundo a PNEEPEI, o AEE constitui-se com uma rede de serviços destinados ao público da educação especial, isto é, aos “alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” matriculados na rede regular, e tem a função de “identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL,

2008). Dessa maneira, a PNEEPEI nos traz uma nova abordagem para a educação especial em âmbito nacional, pois propõe significativas modificações para o atendimento ao alunado e destaca a responsabilidade do setor público sobre a educação das pessoas com deficiência.

Assim, o AEE perpassando todos os níveis e modalidades de ensino em caráter complementar e/ou suplementar, corrobora para que os alunos cresçam intelectualmente com os seus conhecimentos compartilhados com o apoio que surge por meio de profissionais que buscam caminhos que são criados para que os sujeitos possam desfrutar de diferentes momentos nos ambientes que os cercam.

Nesse sentido a LDB 9.394/96, em seu art. 59, nos traz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Diante disso, pode-se perceber que os sistemas de ensino têm a obrigação de ofertar para os alunos com deficiência um currículo diferenciado, mas que não fuja do conteúdo programado pelos professores/docentes em sala de ensino regular, oferecendo novos métodos e recursos educativos para uma boa aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial, além de outras prerrogativas com foco na inclusão total dessas pessoas.

Contudo, Nicolau (2011) reforça que a inclusão não pode recair somente sobre os ombros do professor, considerando-se que é uma tarefa de todos os envolvidos na escola, é uma tarefa de equipe, de todos os profissionais que constituem a escola. A

comunidade escolar tem responsabilidade sobre cada um dos alunos e se os alunos apresentam necessidades educacionais especiais, têm que se mobilizar para oferecer uma educação de qualidade para estes sujeitos, pois a inclusão não é apenas garantir a matrícula, mas garantir o acesso físico, o acesso à aprendizagem, prover os recursos necessários dentro da escola e buscar quando necessário auxílio fora do ambiente escolar para o sucesso das práticas de escolarização.

Assim, justificamos a importância dessa pesquisa pois acreditamos que ela possibilitará aos profissionais da educação enxergar os alunos com um novo olhar, construindo e reconstruindo novos caminhos para que eles possam ser criadores de ideias a partir das mediações realizadas durante o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento e a sua inserção no mercado de trabalho.

Objetivos

Para a realização da pesquisa, este projeto tem por objetivo geral relatar parte do trabalho realizado no acompanhamento de um aluno diagnosticado com deficiência visual – baixa visão no curso de doutorado em educação do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES). Desse objetivo geral, desdobram-se outros três: a) analisar como o AEE está colocado nos referenciais que defendem a escolarização dos alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva; b) compreender as políticas públicas voltadas aos alunos que necessitam do Atendimento educacional especializado (AEE); e c) Potencializar o conhecimento para a formação de profissionais que atuam na área da educação como um todo e que estão realizando o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência.

Materiais e métodos

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa à luz da abordagem histórico-cultural na perspectiva do relato de caso, pois este tipo de estudo possibilita o pesquisador observar e investigar os sujeitos como criadores de ideias e capazes de produzirem e reproduzirem a sua realidade social, sendo ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela.

Neste contexto, (BRAVO, 2014, p. 64 apud FREITAS, 2002) nos mostra que “na pesquisa qualitativa com o olhar na perspectiva sócio-histórica não se investiga com foco no resultado, no produto, mas sim no processo em observação, isto porque o comportamento humano não é apenas fruto da evolução biológica, mas também resultado da interação histórica, social e cultural”.

Bravo (2014) ainda destaca em seus estudos que a escolha da pesquisa com a abordagem histórico-cultural focaliza a realidade humana em sua totalidade, buscando formas alternativas de superação, percebendo o homem como ser que se desenvolve pelas vivências estabelecidas pelo seu meio social e cultural.

Assim, a pesquisa terá como aporte teórico a perspectiva Vigotskiana que nos proporciona refletir sobre a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos por meio das interações com o meio social e cultural, possibilitando a compreensão do cotidiano escolar dos alunos que frequentam as instituições de ensino, e que fazem parte do público-alvo da educação especial.

O atendimento educacional especializado e as políticas públicas de inclusão escolar

A luta por um atendimento educacional especializado (AEE) nos ambientes escolares e não escolares para os sujeitos que compõem o público-alvo da educação especial por grande parte da nossa sociedade é tremenda. Mas, felizmente, essa nomenclatura está mudando a cada dia, ou seja, os sujeitos ditos “anormais” que fazem parte do público-alvo da educação especial estão tomando de fato o seu espaço em meio dessa sociedade a qual vivemos e fomos colocados para apreender e desenvolver os nossos potenciais como cidadão. E de acordo com a legislação, nenhum dos documentos trazem em si o termo “anormal”, que segundo a Constituição Federal de 1988 esse é nomeado como “portador de deficiência” (p. 124), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 lê-se “educandos com necessidades especiais” (p. 14) e na Política Nacional de Educação Especial de 2008 “sujeitos com necessidades educativas especiais” (p. 12).

Diante disso, a inclusão desses sujeitos para dentro dos muros escolares necessita de uma atenção, de um atendimento maior para progredirem em seu aprendizado e desenvolvimento ao longo da sua trajetória educacional por profissionais que estejam dispostos a ajudá-los a desenvolver suas habilidades intelectuais no ambiente escolar e na sala regular de ensino. Mas, devemos entender também que a ajuda familiar neste processo de ensino é essencial para que o aluno possa mostrar suas potencialidades e crescer integralmente no seu processo de aprendizagem.

Desse modo, Lasta e Hillesheim (2014) nos mostram em seus estudos que as políticas públicas legislam sobre a inclusão escolar, ressaltando a questão da igualdade e utilizando-se de argumentos pautados nos direitos humanos, na superação das desigualdades, na democratização de oportunidades, no respeito à diferença e no reconhecimento dos sujeitos com deficiência como sujeitos de direitos produtores de história e cultura, membros da sociedade macro.

Assim, mediante as políticas públicas de inclusão escolar, promove-se uma política de universalização da escolarização: todos são chamados a participar do sistema escolar, tendo acesso à educação escolarizada, sendo que a igualdade de condições para aprender deve estar garantida na medida em que se compartilha o mesmo espaço escolar. Dessa maneira, na medida em que se prega uma educação para todos, em um mundo marcado por uma globalização neoliberal excludente, coloca-se discussões relativas à identidade, diferença e diversidade, bem como o binômio inclusão/exclusão como uma estratégia para a gestão dos sujeitos que compõem o público-alvo da educação especial. E, tendo em vista que tais políticas promovem estratégias cujos chamamentos produzem sentidos para os sistemas de ensino, definindo tempos, espaços, campos de saberes, instituições e os próprios sujeitos dessas instituições. Ou seja, segundo as autoras:

[...] as políticas de inclusão visam a constituir um sujeito autônomo e educado, compreendendo os projetos institucionais para a inclusão escolar eficaz do anormal, bem como do normal, através de novas práticas escolares. Assim, instituem-se processos de normalização do sujeito, organizando-se as diferenças através de uma sanção normalizadora, reproduzindo e produzindo saberes (LASTA; HILLESHEIM, 2014, p.145).

Neste contexto, Lasta; Hillesheim (2014, p.146) nos trazem que “as políticas públicas de inclusão escolar surgem, no Brasil, em um solo adverso, tendo como desafios

enfrentar as desigualdades sociais e vencer a tradição política autoritária, desafios que surgem a partir da instauração e consolidação de um regime democrático. Nesse contexto, a escola, sob efeito das práticas discursivas a respeito da inclusão, é o local no qual essa deva ocorrer, a partir dos lemas “educação para todos e todos na escola”. Tais práticas, como estratégias de governamento da diferença, buscam repensar, transformar, promovendo uma escola inclusiva, a partir de determinadas aprendizagens, buscando uma escola de qualidade, que respeite as diferenças, e que, de forma eficiente, trata de constituir sujeitos produtivos, estabelecendo as regras da legitimidade democrática ao demandarem pela educação enquanto “direito, exercício de cidadania e dignidade humana”¹.

Contudo, as políticas públicas de inclusão trazem em seu corpo textual uma educação de qualidade para todos e que possa transformar e promover escolas/universidades inclusivas para todos os sujeitos independentemente de quaisquer características. Diante das leituras feitas, podemos inferir que o atendimento educacional especializado por meio dos programas de inclusão nas Universidades vem para poder oferecer um suporte a estes alunos e a permanência deles nos cursos para que o índice de evasão não cresça, por muitos desistirem no caminho pela falta de incentivo, segurança e até mesmo pelo preconceito que sofrem dentro da própria Universidade.

Relato de caso: acompanhando um aluno com baixa visão no doutorado

No ano de 2014 iniciou-se a experiência com o desenvolvimento do AEE com um aluno (Gustavo¹), que possui baixa-visão², e que estava no doutorado. Antes de começar o trabalho com o aluno e acompanhar o mesmo nas aulas do doutorado,

¹ Nome fictício do aluno;

² De acordo com a portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 do ministério da saúde, do Art. 1. § 1º. considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira. E § 2º, considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10).

procuramos identificar informações que pudessem subsidiar o trabalho com o mesmo. Descobriu-se assim as suas demandas, especificidades, compreendendo que o aluno é muito exigente, dedicado e focado nos seus estudos. Percebe-se também que o mesmo busca sempre romper e ultrapassar com as barreiras postas. Há de se destacar a força de vontade e determinação que Gustavo tem, de não colocar obstáculos à sua frente por causa da deficiência que possui.

Nas primeiras semanas, no trabalho com Gustavo, vieram o medo e a insegurança de não saber lidar com uma pessoa com baixa-visão e que estava no doutorado, pois nunca tínhamos tido contato direto com uma pessoa que tem deficiência. Mas, nas primeiras aulas percebemos que não tinha nada demais e que ele é uma pessoa normal como as outras e a única diferença é que Gustavo possui baixa-visão.

Em cada demanda solicitada, era preciso muita dedicação e atenção, pois nem sempre os slides, textos ou escritas no quadro, por exemplo, facilitava a leitura de Gustavo. Assim, percebendo a necessidade que ele tinha de ter as letras maiores e de como a claridade da luz o ajudava nas aulas, buscamos meios de facilitar sua aprendizagem. Dessa maneira, aprendemos a importância de estar ali todos os dias e de escrever em tamanhos maiores.

Quando iniciamos a busca de documentos nos municípios de Cariacica, Vitória, Vila Velha e Serra, chamou-nos a atenção o fato de como Gustavo conhecia todo mundo e de todos o conheciam. Mas foi a partir da coleta de dados que ele nos fez observar as pessoas com o olhar mais sensível, de poder perceber por meio do olhar do outro a segurança e confiança no trabalho que estávamos fazendo nos quatro municípios dentro da secretaria de educação de cada cidade no setor da educação especial.

Foi por meio da pesquisa de doutorado de Gustavo que eu pude conhecer de perto o que é uma pesquisa de campo, de poder sentir na pele a preocupação se iríamos ou não conseguir tal documento. E foi por meio do doutorado que pude aprender de fato a necessidade de trabalhar em conjunto com todos os municípios que estavam nos ajudando na construção da tese, pois uma coisa que ele sempre me falava:

[...] nunca construímos um trabalho sozinho, mesmo que a pesquisa seja de sua autoria. Temos que saber ser humilde e de sempre estar disposto para ajudar o próximo, pois assim, ele nos ajudará futuramente [...] (Gustavo).

Assim, a coleta de dados foi se enriquecendo pela construção coletiva dos setores de cada secretaria dos municípios se dispuseram a nos ajudar na pesquisa. A insegurança vinha em diferentes momentos, pois por seis meses Gustavo ficou estudando em Sorocaba-SP e a responsabilidade aumentou ainda mais. Com Gustavo, a aprendizagem foi única e muito significativa. Ter a oportunidade de aprender a olhar o outro de um modo mais sensível e de levar a vida da forma mais flexível possível, é algo inesquecível. Poder fazer parte de uma pesquisa de doutorado foi muito gratificante, mesmo com os conflitos diários, que em vários momentos te fazem pensar em desistir.

Diante disso, podemos compreender que a necessidade do atendimento educacional especializado para os alunos que fazem parte do público-alvo da educação especial nos ambientes escolares e nas universidades vem para poder ajudar, identificar, pesquisar, ensinar, anotar, dar um apoio nos pequenos detalhes que os sujeitos “não conseguem fazer” pela limitação que a deficiência causa, pois tanto as crianças, quanto os adultos “[...] não sente diretamente sua deficiência. Percebe as dificuldades que derivam da mesma” (VIGOTSKI, 1989, p. 18). Além disso, temos que perceber que muitas vezes são essas pequenas dificuldades que fazem os alunos desistirem dos seus sonhos e deixarem de lado a sua vontade de estudar e estar naquele meio, pois, é por meio das relações que se constrói a sua identidade crítica através dos debates que influencia a defender suas ideias e a construção de novos pensamentos. No entanto,

[...] a vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança. Dessa forma, não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas, sim, o elemento interpretado pela vivência da criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro (VIGOTSKI, 1994, p. 683-684).

Com isso, o AEE contribui para que os alunos cresçam intelectualmente com os seus conhecimentos compartilhados com o apoio que surge por meio de profissionais e programas que são criados para que os sujeitos possam desfrutar de diferentes momentos nos ambientes que os cercam, e de poder defender e assegurá-los nas universidades e nos ambientes escolares.

Nesse contexto, Rocha e Miranda (2009) nos trazem que as formas limitadas como as escolas e universidades ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos

à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. Pois, a base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

Além disso, de acordo com Fortes (2005) é através de instituições de ensino regular que as atitudes discriminatórias se devem combater, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, que é a base da construção da sociedade inclusiva e conseqüentemente obtenção de uma real educação para todos.

Assim, Rocha e Miranda (2009) nos fazem refletir e repensar as práticas de ensino dos alunos que contemplam o AEE que embora a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

Considerações finais

A partir das políticas públicas que pensadas e dialogadas, observamos que o acompanhamento realizado na construção da tese de doutorado de Gustavo nos possibilitou perceber a importância do apoio para os estudantes nos seus estudos.

Nesse sentido, a participação do processo de construção do trabalho de Gustavo nos mostrou a importância do AEE na Universidade para os estudos do aluno. Pois, por meio deste atendimento na pesquisa do sujeito, podemos ter a percepção que de alguma maneira o incentivamos a continuar estudando, mesmo com as limitações da sua deficiência.

A partir disso, a pesquisa nos fez acreditar em um coletivo de pessoas que nos ajudou a desenvolver diferentes pensamentos/conhecimentos na caminhada até a sua concretização e, até mesmo, aprender a enxergar o outro com o olhar mais sensível.

Dessa maneira, o que nos inquieta, é ver que ainda existe a falta de apoio aos alunos com deficiências no decorrer dos seus estudos dentro das universidades/faculdades

brasileiras. Acreditamos que com se for oportunizado a esses, um atendimento educacional especializado, a permanência deles será mais constante, ele terá a possibilidade de concluir no tempo próprio e isso, garantirá sua saída com sucesso.

Assim, o AEE para as pessoas com deficiência nos ambientes escolares e nas universidades/faculdades é de suma importância no desenvolvimento da sua escolarização, potencializando o seu trabalho e não o limitando devido as peculiaridades que a sua deficiência causa.

Todavia, percebemos a falta de informação e formação para os profissionais que atendem os sujeitos que necessitam do atendimento especializado nas instituições de ensino, e acredita-se que a criação/elaboração de uma política interna na Universidade Federal do Espírito Santo apoiaria a permanência dos alunos com deficiência a conquistarem os seus espaços na área acadêmica para que possam realizar atividades que contemplam e exploram os ambientes que os cercam no entorno dos centros acadêmicos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRAVO, Dirlan de O. M.; **O Processo de Inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Noonan: Um estudo de caso**. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – Es.

DIAS, Israel R.; **O Bebê com Síndrome de Down: Um estudo no Centro de Educação Infantil CRIARTE-UFES**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – Es.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n. 116, jul. 2002.

LASTA, L. L. & HILLESHEIM, B. **Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade**. 2014. *Psicologia & Sociedade*; 26(n. spe.), 140-149.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NICOLAU, Marta Regina. **Os Impactos das Políticas de Inclusão escolar na formação e na prática de professores**. 2011. 50 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PERTILE, Eliane B.; ROSSETTO, Elisabeth. **Trabalho e Formação docente para o Atendimento educacional especializado**. Paraná: (s/d).

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Obras Completas, Tomo V. Habana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: A questão do meio na pedagogia. 1994. *Psicologia USP*, São Paulo, 2010, 21(4), 681-701. Tradução: VINHA, Márcia P.